

GEOGRAFIA POLÍTICA

Base Conceitual e Diversidade Temática

Org:
Daniel A. de Azevedo
Ricardo Nogueira



caliandra

Org:
Daniel A. de Azevedo
Ricardo Nogueira

Geografia Política:
Base Conceitual e
Diversidade Temática



BRASÍLIA - 2023

O conjunto que compõe este livro constitui um painel bastante amplo e consistente de questões que ocupam a agenda contemporânea da geografia política. A iniciativa é muito bem-vinda, permite ao leitor criar vínculos e conexões que não foram necessariamente previstos nos textos individualmente, mas que podem ser estabelecidos ao acaso das preocupações que guiam a leitura. Sua vocação é a de transformar-se em uma referência para todos aqueles interessados por essa área de estudo da geografia.

Paulo Cesar da Costa Gomes – Professor Titular do
Departamento de Geografia da UFRJ

Passadas pouco mais de três décadas desde o fim da Guerra Fria e da rigidez bipolar, ainda permanecem muitas incertezas acerca da natureza da assim chamada nova ordem contemporânea. O fato é que, atualmente, ainda não há um paradigma ou concepção teórica que explique, claramente, sua ontologia, diferentemente do que ocorria no âmbito da confrontação Leste-Oeste. Assim, neste complexo cenário em que os destinos de seus atores se entrelaçam num contexto favorável a conexões da mais variada ordem, essa obra organizada pelos professores Daniel Azevedo e Ricardo Nogueira, aporta relevante contribuição ao campo de estudo ao oferecer interpretações sobre a realidade mundial, reflexo das muitas incertezas que ainda permeiam os debates acerca da natureza de uma arquitetura internacional de poder notadamente assimétrica e desafiadora.

Fábio Albergaria Queiroz – Professor Adjunto
na Escola Superior de Defesa

A transmissão acadêmica de uma disciplina deve fazer-se mediante livros que abordem suas distintas temáticas. Na Geografia Política renovada isto é mais necessário, pois muitas vezes não conhecemos as possibilidades e os limites disciplinares que apresenta na atualidade. Daniel Azevedo e Ricardo Nogueira assumiram o desafio. Ademais, fizeram-no com uma decisão de enorme inteligência. O corpus da Geografia Política é elaborado a partir de autores e universidades do Brasil, e, conta, também, com autores estrangeiros, enriquecendo o resultado de um livro muito atrativo. Um livro concebido desde o Brasil, mas com vocação de tornar-se global.

Rubén C. Lois González
Vice-Presidente da União Geográfica Internacional (UGI)

Organizadores: Daniel A. de Azevedo
Ricardo Nogueira

Título: Geografia Política: Base Conceitual e Diversidade Temática

Volume: 1
Local: Brasília
Editor: Selo Caliandra
Ano: 2023

Equipe Técnica
Parecerista: Jackson Batista Bitencourt
Capa: Luiz H S Cella
Diagramação: Luiz H S Cella

Elaboração e informações
Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Campus Darcy Ribeiro, ICC Norte, Bloco B, Mezanino, CEP: 70.910-900 - Asa Norte, Brasília, DF
Contato: (61) 3107-7371
Site: caliandra.ich.unb.br
E-mail: caliandra@unb.br



Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International
(CC BY-NC-ND 4.0)

A total responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens dessa obra pertence ao autor.



Conselho Editorial

Membros internos:

Prof. Dr. Bruno Leal Pastor de Carvalho (HIS/UnB) Presidente

Prof. Dr. Herivelto Pereira de Souza (FIL/UnB)

Prof^a Dr^a Maria Lucia Lopes da Silva (SER/UnB)

Prof^a. Dr^a. Ruth Elias de Paula Laranja (GEA/UnB)

Membros externos:

Prof^a Dr^a Ângela Santana do Amaral (UFPE)

Prof^a Dr^a Joana Maria Pedro (UFSC)

Prof^a Dr^a Marine Pereira (UFABC)

Prof. Dr. Ricardo Nogueira (UFAM)

Membro internacionais:

Prof. Dr. Fernando Quiles García (Universidad Pablo de Olavide - Espanha)

Prof^a Dr^a Ilía Alvarado-Sizzo (Universidad Autonoma de México)

Prof^a Dr^a Paula Vidal Molina (Universidad de Chile)

Prof. Dr. Peter Dews (University of Essex - Reino Unido)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília - BCE/UNB)

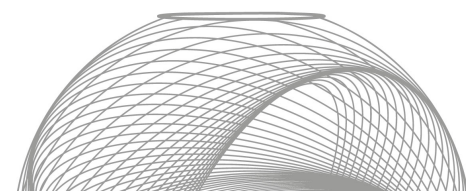
G345 Geografia política [recurso eletrônico] : base
 conceitual e diversidade temática / org: Daniel
 A. de Azevedo, Ricardo Nogueira. - Brasília :
 Universidade de Brasília, Instituto de Ciências
 Humanas, 2023.
 447 p. : il.

Inclui bibliografia.
Modo de acesso: World Wide Web:
<<http://caliandra.ich.unb.br/>>.
ISBN 978-85-93776-04-5.

1. Geografia política. I. Azevedo, Daniel A. de
(org.). II. Nogueira, Ricardo (org.).

CDU 911.3:32

GRUPOS DE PESQUISA ENVOLVIDOS NA OBRA



GEPEDEM

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA
EM ESPAÇO E DEMOCRACIA

ÍNDICE

Prefácio.....	12
----------------------	-----------

Aldomar A. Rückert (UFRGS)

Introdução - O Campo da Geografia Política Contemporânea.....	13
--	-----------

Daniel A. de Azevedo (UnB) e Ricardo Nogueira (UFAM)

I. BASE CONCEITUAL

Capítulo 01 - Trazendo o Estado de Volta.....	30
--	-----------

Iná Elias de Castro (UFRJ)

Capítulo 02 - Nação e Nacionalismo: as Faces de um Conceito.....	46
---	-----------

Ricardo José Batista Nogueira (UFAM)

Capítulo 03 - Fronteiras: Rejeição, Apego, Obsessão.....	66
---	-----------

Michel Foucher (Institut d'études politiques de Paris)

Tradução de Ricardo Nogueira (UFAM)

Capítulo 04 - Persistência e Mudança das Fronteiras no Mundo Atual: dialogando com Michel Foucher.....	75
---	-----------

Michel Foucher (Institut d'études politiques de Paris)

Comentário de Wanderley Messias da Costa (USP)

Capítulo 05 - Regionalizações do Mundo e Integração Macrorregional: por um Aumento da Generalidade Geográfica	89
--	-----------

Nora Mareï (Université Paris 1) e Yann Richard (Université Paris 1)

Tradução de Camilo Pereira Carneiro (UFG) e Eduarda Pereira Santos (UFG)

Capítulo 06 - A Paisagem na Geografia Política: da Morfologia à Paisagem como Recurso...111	
--	--

Dirceu Cadena (UFC) e Rafael Winter Ribeiro (UFRJ)

II. DIVERSIDADE TEMÁTICA

Capítulo 07 - Do "Sul Global" ao "Meridionalismo": a Conscientização Geopolítica dos “Povos Sem História”.....	130
---	------------

André Roberto Martin (USP) e Izan Reis de Araújo (USP)

Capítulo 08 - A Espacialidade da Democracia: Entre Espaços Políticos e a Geografia Eleitoral.....	147
--	------------

Daniel A. de Azevedo (UnB)

Capítulo 09 - Abordagens da Geopolítica Ambiental na Contemporaneidade: as Escalas das Ações em um Contexto de Emergência.....	174
---	------------

Luís Paulo Batista da Silva (UFBA)

Capítulo 10 - Políticas Públicas e Geografia: dos Modelos Político-Institucionais para o Problema da Interação Sociedade-Estado-Espaço.....	195
--	------------

Juliana Nunes Rodrigues (UFF) e Guilherme Félix Machado Filho (PPGG/UFRJ)

Capítulo 11 - Geopolítica e Circulação: Eixos e Articulações Macrorregionais Sul-Americanos	215
--	------------

Hervé Théry (CNRS/USP) e Thiago Oliveira Neto (UFAM/USP)

Capítulo 12 - Instituição e Justiça Territorial como Possibilidade de Análise na Agenda da Geografia Política.....	230
---	------------

Antonio Angelo Martins da Fonseca (UFBA)

Capítulo 13 - Regionalização como Gestão do Território: pelo Retorno da Funcionalidade.....	254
--	------------

José Donizete Cazzolato (Centro de Estudos da Metrópole)

Capítulo 14 - Geografia Política e Ensino: Contribuições para a Construção de um Conhecimento Geográfico Escolar Poderoso.....	278
---	------------

Rejane Rodrigues (PUC-Rio) e Marcelo Alonso Moraes (Colégio Pedro II/Escola Alemã Corcovado)

III. HOT SPOTS

Capítulo 15 - Antártica: a Ciência como Instrumento Geopolítico.....	298
<i>Paulo E.A.S. Câmara (UnB/ESD) e Leonardo F. Mattos (Escola de Guerra Naval)</i>	
Capítulo 16 - Ásia: Geopolítica, Política Externa e a Projeção do Brasil em Direção à Ásia.....	313
<i>Pablo Ibañez (UFRRJ) e Gustavo Westmann (Diplomata brasileiro)</i>	
Capítulo 17 - Europa: Retomando o Controle? A Lição do Brexit para a Geopolítica Clássica.....	335
<i>John Agnew (Universidade da Califórnia em Los Angeles)</i>	
Capítulo 18 - Estados Unidos: a Geografia Política da Urbanização Americana e Por Que Ela é Diferente.....	347
<i>Kevin Cox (The Ohio State University)</i>	
Capítulo 19 - África: Os Conflitos na África Subsaariana: Territórios, Redes e Escalas da Conflitualidade no Sahel Central.....	368
<i>Frédéric Monié (UFRJ) e José Guambe (Universidade Pedagógica de Maputo/Moçambique)</i>	
Capítulo 20 - América Latina: Geografia Política das Crises Presidenciais na América Latina: Estabilidade Institucional, Viés Ideológico e Padrões Territoriais.....	396
<i>Christian Fernando Scaramella (Universidad de Buenos Aires/FLACSO)</i>	
Capítulo 21 - As Guianas: Labirintos Geopolíticos das Três Guianas nos Processos de Cooperação e Integração Regional.....	416
<i>Gutemberg de Vilhena Silva (UNIFAP), Stéphane Granger (Liceu Melkior Garré – Guiana Francesa), Bruna Brito Bastos (UNIFAP)</i>	
Sobre os Autores.....	438

PARTE I

BASE

CONCEITUAL

NAÇÃO E NACIONALISMO: AS FACES DE UM CONCEITO

Ricardo José Batista Nogueira
Universidade Federal do Amazonas
nogueiraricardo@uol.com.br

Introdução

Expressões que frequentemente são difundidas pelos mais diversos meios de comunicação seja para divulgar eventos esportivos, seja em prol de discursos políticos, econômicos ou históricos, com o objetivo de criar uma unidade em torno de um conjunto de indivíduos, Nação e Nacionalismo aparecem de modo tão evidente que, a princípio, não seria necessário falar sobre, pois, afinal, todos saberiam do que se trata. No entanto, ao escavar os sentidos mais profundos desses termos tão presentes no cotidiano, percebe-se que o desafio não é pequeno, uma vez que, como camadas superpostas, quando se avança em seu esclarecimento, surgem novos elementos, exigindo mais reflexão. Além disso, não é possível descartar o caráter identitário manifestamente vivenciado por um conjunto de indivíduos quando se faz referência à Nação e ao Nacionalismo, sobretudo, quando colocado frente a um outro distinto.

Diante do exposto, o que se pretende apresentar nas linhas que se seguem são as diferentes faces daquelas expressões, suas mudanças ao longo da história – quando ocorre; e da Geografia – onde ocorre; as distintas interpretações que foram lançadas para melhor compreensão desse fenômeno, ora mais territorial, ora mais histórico, ora mais político, ora mais sentimental ou afetivo - o que reforça o seu sentido eminentemente processual (o despertar para esse fenômeno pode ter motivações diferentes associando um ou mais elementos que podem consolidar a unidade de um povo, revelando um sentido relacional).

Para enfrentar esse desafio, o presente artigo foi dividido em duas partes. Na primeira parte, a atenção foi dedicada ao conceito de Nação, desde sua etimologia, sua origem romântica e política, e como ele foi analisado por autores de diversas áreas do conhecimento. Na segunda, buscou-se compreender o fenômeno do nacionalismo, que, de modo semelhante, apresenta variantes interpretativas, tendo em vista que os autores partem de pressupostos teóricos e metodológicos diferentes.

É importante deixar claro que ambos os conceitos se reforçam. Contudo, nem sempre reúnem os mesmos elementos que possam servir para garantir uma amalgama em grupo social. Em determinadas circunstâncias, por exemplo, o elemento

linguístico pode ter um peso maior que a história, do mesmo modo que o componente classe social pode ser predominante frente ao significado de apelo territorial, ou ainda este prevalecer sobre unidades linguísticas, além do fato controverso sobre a criação da nação, se esta é uma invenção dos Estados, ou se são elas que dão origem aos Estados.

Enfim, atravessando todas essas questões, o aparecimento do Estado como instituição político-territorial colocará novos ingredientes nessa relação carregada de tensões entre Nação, Território e Estado.

A nação

A palavra Nação possui, basicamente, dois significados bem distintos: o primeiro é seu significado histórico, que remete à Antiguidade; o segundo, é o seu significado político, que surge a partir do século XVIII e XIX.

O significado histórico da palavra nação tem sua origem na língua latina – *natio* – que significa nascer ou extrair, estendendo-se às pessoas nascidas em um mesmo lugar. Na Idade Média, a Igreja Católica Apostólica Romana incorpora tal palavra para se referir aos pagãos, estrangeiros, judeus e todos aqueles indivíduos sem estatuto civil, a fim de diferenciá-los do “povo de Deus” (Chauí, 2001). O Dicionário Akal, de Geografia Humana, no verbete *Nación*, indica que é uma “comunidade de pessoas cujos membros estão unidos por um sentimento de solidariedade enraizado num apego histórico a um território e a uma cultura comum, e por consciência de ser diferente de outras nações”, portanto uma nação cultural.

Já o significado político da palavra “Nação” emerge após o surgimento dos Estados como forma de organização política da sociedade. Dessa feita, o Dicionário Akal segue na descrição do verbete Nação apontando que o termo é com frequência trocado de maneira equivocada por Estado ou Estado-Nação, com base na ideia de que todo Estado é uma Nação e vice-versa. Sobre o conceito político de Nação, Rosière (2008) afirma que ele nasceu na Europa e se mundializou, adaptando-se bem ou mal às mais diversas situações.

Anderson (2008) define Nação como sendo uma comunidade política imaginada, limitada e soberana: imaginada porque seus membros, embora jamais se reconheçam em sua totalidade, compartilham uma imagem em comum que os unem (uma mitologia, um mapa, uma bandeira); limitada porque possui fronteiras finitas; e, soberana porque sonham em ser livre. Na afirmação da Nação, aquele autor procura mostrar o significado da imprensa a partir da difusão de jornais e livros em língua vernacular para a constituição da unidade nacional, pois uma determinada população, dispersa territorialmente, lia as mesmas coisas, formando identidade.

Hobsbawn (2008) também contribuiu na discussão quando aponta, em primeiro lugar, que o significado de Nação é moderno e é político, mesmo quando da dificuldade em classificar as coletividades humanas com base em alguns critérios objetivos, uma vez que as Nações são fenômenos recentes, fruto de conjunturas históricas

particulares, regionais ou localizadas, além do que os critérios são ambíguos, mutáveis e opacos. Para aquele autor, as Nações seriam fenômenos duais, construídos ora ‘pelo alto’ (pelas elites), ora ‘por baixo’ (as pessoas comuns). Em segundo lugar, ele estabelece uma periodização da Nação política em três etapas, a saber: 1) De 1830 a 1880 - período da construção do princípio da nacionalidade, quando cada nação deveria corresponder a um Estado, formando o Estado-Nacional; 2) De 1880 a 1918, momento da formação da ideia nacional, vinculada à língua, à religião ou à raça; e, 3) De 1918 a 1950, a questão nacional, formada pela consciência e lealdades nacionais.

De modo mais reflexivo e analítico, a palavra “Nação” possui duas interpretações predominantes que buscam envolver seus mais diversos modos de manifestação empírica, isto é, a forma como aparece em diversos lugares e momentos na história das sociedades. São interpretações que se contrapõem de maneira bem evidente e que terminam pela utilização, ora uma, ora outra, por grupos políticos, movimentos sociais e Estados, para respaldar suas ações ou reivindicações sempre no sentido de formar uma unidade, algo que ligue as pessoas em torno de determinada situação. A primeira interpretação, de matriz alemã, é designada como “objetiva”, uma vez que se apoia em critérios objetivos comuns porque asseguram uma identidade - língua, religião, história, memória e apego ao território, por exemplo. Politicamente, é considerada conservadora. Assim, tal interpretação busca ressaltar as particularidades existentes entre um grupo social compartilhando aquelas características.

Esta interpretação, que é também um dos fundamentos do movimento romântico alemão, emerge contra o predomínio do racionalismo, do pensamento iluminista francês, e tem em Herder (1744-1803) e Fichte (1762-1814) seus principais artífices. Herder, expoente do movimento romântico alemão, dedica-se a entender a cultura de um povo, que está presente na língua, na literatura e no espaço em que se vive, pois haveria aí uma grande correspondência entre o meio e as culturas, tendo cada povo um gênio próprio, formando uma consciência nacional, estando a história dos povos ligada à sua Geografia (Claval, 2011). Fichte (1977), por outro lado, autor da obra intitulada *“Discurso a la nación alemana”*, apresentados durante a ocupação napoleônica na Prússia, argumenta que a distinção entre os alemães e as demais Nações europeias diz respeito à manutenção da língua e a permanência em seus lugares de assentamento primitivo (1977, p.96), destacando a educação do povo e a formação da Nação política. Isto será reforçado mais tarde pelo historiador nacionalista alemão Treitschke (1834-1898) quando afirmava que Nação e Estado deveriam coincidir territorialmente, defendendo a unificação alemã liderada pela Prússia (Guibernau; Berdún, 1997). Enfim, para se contrapor ao pensamento universalista francês e deixar explícito a sua defesa das particularidades das Nações, Treitschke (apud Guibernau; Berdún, 1997, p.20) dizia que “um homem pensa nele mesmo, em primeiro lugar, como um alemão ou um francês, ou qualquer que seja sua nacionalidade, e apenas em segundo lugar como membro da raça humana como um todo”. Eis a marca da Nação cultural que alguns argumentam de caráter natural ou primordialista.

A segunda interpretação tem a sua origem no movimento da Revolução francesa, em fins do século XVIII, e pode ser designada como “subjéctiva”, pois, ao contrário da anterior, os critérios para a consolidação de uma Nação derivam da vontade de indivíduos livres, iguais e independentes, porém, unidos por necessidades comuns e

a vontade de viver juntos. Rosi re (2008) destaca que somente tal ‘pacto nacional’   capaz de transcender as clivagens socioculturais decorrentes de marcadores como, por exemplo, língua,  tnia, religião, tradi o, etc., sendo as Na o es portadoras de soberania territorial frente   malha político-institucional dos estados-nacionais.  , portanto, concebida como moderna, revolucionária.

Esta interpreta o de Na o o possui um caráter mais universalista, onde prevalece o sentido político oriundo da Revolu o Francesa e de sua “Declara o dos Direitos do Homem e do Cidadão” (1789) – portanto, moderno. A Na o o seria composta por cidadãos plenos de direitos como, por exemplo, justiça, igualdade, liberdade, fraternidade, solidariedade e cidadania - elementos que, embora subjetivos, tenderiam   união, acima dos marcadores clássicos que, em geral, tenderiam   separa o em virtude de suas evidências como, por exemplo, uma língua, um sotaque, uma vestimenta, um símbolo religioso, um território e uma memória coletiva, uma cor de pele ou mesmo um hábito alimentar. Ou seja, a concep o de Na o o, no caso francês, abrigaria e reconhecera toda a diversidade interna aos seus domínios desde que compartilhassem o desejo de viver conjuntamente e construir uma comunidade de interesses pautada naqueles valores. Essa   a natureza da na o o política, que para Todorov (2010) deve ser compreendida em dois sentidos, quais sejam: 1) O interior - como espaço de igualdade entre os cidadãos, quando se grita “viva a Na o o” e não “viva o Rei”; e, 2) O exterior - quando uma na o o se opõe   outra.

A elabora o desse pensamento tem início com a participa o de vários pensadores que se envolveram na Revolu o francesa, tais como Helvécio, Voltaire, Rousseau, Danton, Robespierre, Emmanuel Siey s com seu panfleto *Qu’est-ce que le tiers  tat?*, que se consolida um século depois com a clássica Conferência “O que   uma Na o o”, em 1882, de Ernest Renan (1997). Entre os revolucionários, o debate gira em torno do conflito entre valores universais e valores nacionais ou a possibilidade de conciliar cosmopolitismo e patriotismo. Enquanto Helvécio nega essa possibilidade, afirmando que a virtude humanitária   uma quimera plat nica, Voltaire, embora aflito com o dilema, faz a op o pelo valor universal, reconhecendo, entretanto, que o homem, ao envelhecer, prefere o pão de casa ao biscoito estrangeiro (Todorov, 2010). Rousseau, por sua vez, ao tentar distinguir o “Homem” do “Cidadão”, indicando que o primeiro busca a felicidade individual e o segundo a felicidade do grupo, termina por eleger o cosmopolitismo - pensamento ultrapassa fronteiras que separa países e que abraça o g nero humano em sua benevolência (Todorov, 2010). Porém, ele está consciente dessa dramática ambiguidade e diz que todo ser humano simultaneamente patriotas e cidadãos de um país   cosmopolita. (Todorov, 2010).

O panfleto de Siey s, escrito antes da eclosão da Revolu o em comento, possui um plano bem simples e coloca tr s questões: “O que   o Terceiro Estado? Tudo. O que ele tem sido até o momento na ordem política? Nada. O que ele quer? Ser alguma coisa” (Siey s, 1789, p.01). Neste sentido, ele afirma que o Terceiro Estado   uma na o o completa e defende que o que faz uma na o o   uma associa o legítima, voluntária e livre; uma lei comum a todos os homens, e que os representantes do Terceiro Estado sejam escolhidos entre aqueles que pertencem realmente ao Terceiro Estado.

7 “O Que   o Terceiro Estado”? Designava o povo, após o clero e a nobreza.

Da Conferência de Renan (1997), bem mais conhecida e sempre referênciada nas discussões sobre a formação da Nação, fica patente a pouca importância ofertada para os marcadores clássicos - raça, língua, Geografia e história, por exemplo - uma vez que ele sugere o esquecimento do passado, que pode ser doloroso ou glorioso. Sua argumentação aponta para o significado que a Nação tem no presente. Afinal, a Nação é uma alma, movida por um princípio espiritual, que é o desejo de viver juntos, sendo “a nação uma grande solidariedade, constituída pelo sentimento de sacrifícios que fizeram e que estão dispostos a fazer” (Renan, 1997, p.19).

Embora tais vertentes sejam predominantes, algumas ponderações foram realizadas por outros estudiosos. A catalã Guibernau i Berdún (1997), por exemplo, sustenta a antiguidade do fenômeno das Nações a partir da desintegração de impérios; o francês Kahn (2014), aponta a existência de um europocentrismo buscando enquadrar todos os Estados e Nações dentro desses critérios quando, ora as Nações formam Estados (caso alemão), e quando são os Estados que reconhecem as Nações (caso francês); o antropólogo indiano Chatterjee (2000), enfatiza a existência da relação colonial na compreensão da Nação e do Nacionalismo; o peruano Aníbal Quijano (1992) coloca em questão o eurocentrismo e o modelo de Nação ao trazer para o centro do debate o pensamento decolonial; e o inglês Hobsbawm afirma que tanto a definição objetiva quanto a subjetiva não são satisfatórias, além de serem enganosas.

De todo modo, verifica-se que na formação das Nações modernas e dos Nacionalismos predominou a concepção objetiva, derivada do pensamento romântico, sobre a subjetiva, justamente pelo fato de a identificação ser mais flagrante, visível, evidente, voltada para dentro, para os semelhantes, estabelecendo, com isso, a construção do outro, do diferente, do de fora, de outro lugar, da outra Nação por ter outra língua, outra cor de pele, outra religião, ocupar outro território.

Assim, um dos mais importantes marcadores na formação das Nações históricas e na consolidação das Nações modernas foi a língua, na medida em que é exatamente através dela que se transmite as tradições, as histórias, as memórias e as ordens são transmitidas, até mesmo definindo um domínio territorial. A língua, o ensino da língua e sua ‘literatura nacional’, moldam a identidade necessária para que uma Nação possa dar continuidade à sua trajetória histórica, permitindo, de imediato, definir o diferente, ou seja, aquele que não fala a mesma língua, que, a princípio, pertenceria a outra Nação. Contudo, a expansão colonial europeia e a imposição das línguas aos povos dominados fizeram com que tal marcador perdesse sua predominância, uma vez que a colonização formou Nações diferentes, porém, com a mesma língua. Desta feita, é notória a expansão do espanhol, do francês, do inglês e do português pelo mundo, mas peruanos e espanhóis, por exemplo, não constituem uma mesma Nação apesar de falarem a mesma língua, tal como ingleses e guianenses, portugueses e moçambicanos ou franceses e canadenses.

Outro marcador que teve um significado considerável na formação das Nações históricas foi a religião, pois era justamente a partir da unidade em torno de elementos sagrados - ritos, vestuário e restrições compartilhadas entre os membros do grupo - que a relação identidade-diferença, ou inclusão-exclusão, que o sentido de pertencimento, se constituía. A formação das Nações políticas e a consolidação dos Estados territoriais turva este marcador: primeiro quando envolve religiões distintas

sob um mesmo território, cuja unidade nacional não tem por referência a religiosidade; depois, com o gradativo processo de laicização da sociedade, onde os Estados-nacionais não proclamam uma ‘religião oficial’, fazendo com que o sentimento nacional substitua o sentimento religioso. Nem por isso, em diversos estados nacionais, não são perceptíveis tensões entre grupos religiosos, onde uma minoria acaba sendo perseguida, como fora no passado mais intensamente os católicos na Irlanda do Norte, e mesmo expulsa para outros lugares, ou como na atualidade - os Rohingya, grupo muçulmano em Mianmar, cuja maioria budista força a fuga daqueles para Bangladesh.

A raça e a etnia⁸, juntamente ou separado dos anteriores língua e religião, foram, talvez, os marcadores mais explícitos da identidade nacional ou, por outro lado, os mecanismos mais emblemáticos para estabelecer distinções e exclusões. Em geral, a primeira expressão está associada às características biológicas, fenotípicas (cor da pele, cabelos, formato dos olhos, nariz, boca etc.), enquanto a segunda estaria associada às origens culturais, aos costumes, às tradições e às interações de um grupo social, remetendo, inclusive, às formas primárias de organização política. Ambas as expressões, derivadas dos estudos clássicos da Antropologia no século XIX, tem sido amplamente utilizada pela mídia mundial, ora em referência às práticas e atos racistas, ora quando fazem referência aos conflitos étnicos na África ou Leste Europeu, denominando, inclusive, de ‘limpeza étnica’; ou ainda, aos grupos indígenas da América do Sul.⁹ Em meados do século XX, o antropólogo Marcel Mauss (2017, p.70), após sua experiência no *front* da primeira guerra, em que ele se perguntava sobre o “porquê” do conflito, esboçou sua compreensão sobre a Nação considerando critérios de adesão consciente e de identificação coletiva, sendo a Nação “uma sociedade material e moralmente integrada, com poder central estável, permanente, fronteiras definidas, relativa unidade moral, mental e cultural dos habitantes, os quais aderem conscientemente ao Estado e as suas leis”.

É bem comum estabelecer como referência básica das Nações a sua história, ou a história do povo, carregada de sentimentos, lembranças, memórias, que são compartilhadas e transmitidas às gerações seguintes. Não resta dúvida sobre o poder desse marcador. Afinal, é algo que se torna comum e constitui uma identidade, seja instituída pelo grupo social ao longo do tempo, seja pelo poder do Estado através do ensino de História nas escolas, um símbolo, um hino, uma moeda. Nesse viés, Nora (2008), empreende uma excelente prospecção sobre a questão evidenciando como lembranças e esquecimentos participam da vida das Nações, pois esses lugares podem ser material (o Arquivo Nacional, a Biblioteca Nacional, o Congresso Nacional), simbólico (uma homenagem com o ‘minuto de silêncio’) ou funcional (um livro didático). Vários elementos podem compor a história de um povo: um lugar que pode ser idealizado como fonte de surgimento de um povo; um herói e sua luta pela liberdade

8 Tanto Raça como Etnia são expressões que exigiriam um grande esforço analítico aqui e, por isso mesmo, foge ao escopo desse artigo. Sugestão para Raça, ver Tzevtan Todorov. Sobre Etnia ver os estudos dos antropólogos Bronislaw Malinowisk, Claude Levi-Straus e Roberto Cardoso de Oliveira.

9 É curioso o uso da expressão ‘Etnia’ quando se faz referência aos conflitos ou tensões entre grupos distintos, pois muitas vezes trata-se de Nações. É interessante que a mídia prefere usar a expressão étnico ou etnia quando se trata de tensões na África ou Ásia. Contudo, é raro ouvir o mesmo discurso para os Escoceses, Catalães, Bascos, Quebequenses, etc.

de seu povo; um cemitério, onde aqueles que lutaram pela Nação estão enterrados, etc. Tais elementos podem criar um ‘enraizamento’, um apego, que, com a instituição pelo Estado de eventos nacionais e as datas comemorativas, consolidam e eternizam as memórias coletivas. Fato revelador desse marcador é o ato de cruzar uma fronteira estatal, quando o sujeito se depara com outra história, outros mitos, outros símbolos e outras tradições!

Os geógrafos e a nação

O tema em questão não passaria imune à Geografia exatamente porque o último terço do século XIX é um momento onde alguns eventos exigiram a reflexão sobre tal: estão em curso a sistematização do pensamento geográfico, sendo Alexander von Humboldt e Karl Ritter os primeiros formuladores; as ideias do ‘princípio da nacionalidade’ visando colocar no interior de cada Estado uma Nação; o resultado da guerra franco-prussiana, com a perda territorial de Alsácia e Lorena, pertencentes à França, para Alemanha; e, o enfraquecimento de Impérios como, por exemplo, o turco-otomano e o austro-húngaro, que envolvia em seus limites diversas Nações. De modo abreviado, a seguir, têm-se as considerações de alguns geógrafos que se debruçaram sobre a questão até metade do século XX.

É com Ratzel (2011) que aparece a primeira obra com o título explícito de “Geografia Política”, publicada em 1897, onde ele apresenta os fundamentos de uma Geografia do Estado. Costa (1992) aponta que a ‘questão nacional’ e a ‘unificação mal concluída’ da Alemanha eram preocupações claras de Ratzel, e que, para este, o ideal nacional, mais do que raça e língua, deveria expressar um território comum. O povo alemão, portanto, deveria ter na formação do Estado e no território a base de sua consolidação. Vale salientar que Ratzel (2011, p.52) utiliza muito mais a expressão ‘povo’, denominando ‘[...] o conjunto político de grupos e indivíduos não necessariamente unidos pela raça, nem pela língua, mas no espaço, por um solo comum’ [...], que ‘nação’, e, certamente, isto deriva do pensamento de Herder e Fichte frente à ideia francesa de nação, que é distinta de Estado¹⁰. Aquele estudioso ainda reforça o significado do Estado e seu território ao afirmar: “[...] criou-se, no século XIX, a ideia nacional. Para muitos, “política nacional” designa uma política fundada sobre a compreensão do valor do solo; dessa forma eles dizem “nacionais” em vez “de territoriais” (p.53). Ele também distingue os ‘povos naturais’, que vivem sob domínio da natureza e os ‘povos civilizados’, que utilizam a natureza de forma consciente e possuem um Estado.

Outro geógrafo também atento ao problema das Nações e das nacionalidades é Eliséé Reclus (1906), que polemiza a questão nacional, tanto no capítulo “Das nacionalidades”, quanto no capítulo “População da Terra”. Em um percurso bem distinto de Ratzel, que apregoa uma Geografia do Estado, Reclus, como anarquista, repugnando o Estado, foi um crítico feroz dos processos de colonização, em que os Estados sufocam as Nações conquistadas; e, das delimitações fronteiriças realizadas pelos Estados, uma vez que esta prática divide as Nações que viviam em comunhão antes desses recortes artificiais, citando o caso da fronteira estatal França e Bélgica, que

10 Beatrice Giblin vai mais além e diz que Ratzel confundia sistematicamente povo e Estado (p.89).

divide Flandres de Flandres, e da fronteira estatal entre franceses e espanhóis, nos Pireneus, que divide aragoneses de aragoneses, bascos de bascos, catalães de catalães. Ou seja, as Nações sendo divididas pelos Estados¹¹.

Em um artigo dedicado a mostrar as contribuições de Paul Vidal de La Blache à Geografia Política, Sanguin (1988) afirma que a obra intitulada “*États et Nations de l’Europe autour de la France*”, de 1889, é seu primeiro e verdadeiro manual de Geografia Política, no qual apresenta a formação territorial dos Estados, além de uma ampla visão da carta política da Europa no final do século XIX, falando da nacionalidade holandesa, da Escócia, da Catalunha e da unificação italiana; e, ainda, da formação do povo e Estado prussianos, onde surgiu um povo com um “orgulho nacional imenso” (La Blache, 1889, p.192). Especificamente sobre a formação da Nação, La Blache, em um item denominado ‘Língua e nacionalidade’, afirma que “A língua é uma parte do patrimônio nacional. Às vezes é tudo o que nos resta. Ela representa as lembranças do passado e as esperanças do futuro[...] mas a palavra nacionalidade exprime outra coisa, mais que uma simples relação de linguagem. Uma nação é um ser moral” (p.41). Dessa feita, é possível perceber uma vinculação muito forte com a proposição de Ernest Renan sobre a constituição Nação.

Se La Blache escreve este seu livro no calor da perda territorial de Alsácia e Lorena, da França para a Alemanha, Jean Brunhes e Camille Vallaux (1921), na obra intitulada “*La Géographie de l’histoire: Géographie de la paix et de la guerre sur terre et sur mer*”, retornam à questão das Nações e das nacionalidades após a Primeira Guerra mundial, quando aqueles territórios já haviam sido devolvidos à França. Durante as negociações de paz e a ideia de criação de uma “Sociedade das nações”, aqueles autores argumentam que uma entidade como esta deveria deixar claro o que se entenderia por Nação e mesmo nacionalidade. Eles questionam, inclusive, se a entidade seria uma Sociedade das nações ou Sociedade dos Estados.

Brunhes e Vallaux entendem uma nacionalidade como um grupo humano cuja coesão resulta de uma comunidade de sangue, língua, ou religião, ou mesmo tais aspectos em conjunto; uma comunidade que constrói uma consciência política e busca de reconhecimento de direitos frente a outros grupos. A Nação, por outro lado, tenderia a se instalar sobre um território próprio e que lhe seja exclusivo em prol da afirmação de sua existência. Reconhecendo que várias nacionalidades convivem juntas no espaço, mais que juntas, vivem misturadas, principalmente nas grandes cidades -, aqueles autores apontam que as Nações são seres vivos que nascem e morrem; possuem curta duração, conquistam ou são assimiladas por outras, elas podem se enfraquecer e se alterar. Aqui parece ficar evidente uma concepção orgânica de Nação.

Poucos anos após a publicação de Brunhes e Vallaux (1921), vem a público a obra *Peuples et Nations des Balkans* (1926), de Jacques Ancel, considerado o precursor da geopolítica francesa, onde a concepção de nação está mais próxima de La Blache, portanto do pensamento de Ernest Renan, do que a visão organicista de Brunhes e Vallaux. Assim, aquele autor, em um capítulo dedicado às Nações, aponta que uma Nação é uma comunidade moral, porém, difícil de circunscrever os seus limites, ao contrário de um Estado, que se marca sobre uma carta. Segue dizendo

11 Para uma discussão mais ampla sobre isso ver Nogueira (2011).

que seria infantil traçar sentimentos no rígido quadro dos territórios, afirmando que as condições geográficas estão longe de serem as únicas a determinar as formações nacionais. “Uma nação nasce da consciência que certos homens adquirem de sua solidariedade” (Ancel, 1926, p.167), e que esta solidariedade pode levar ao desejo de formar um agrupamento político comum, cujo núcleo seria um Estado, pois, assim, teria chance de durar, colocando nele suas esperanças e cristalizando-se em um território, tornando-se, portanto, um Estado nacional.

Entre as condições geográficas que Ancel indica contribuir para a criação de uma unidade nacional tem-se: as regiões naturais, pois elas estabilizam e agrupam os homens; as ligações físicas, que permitem a troca de produtos e ideias; um passado histórico permanente, uma língua uniforme e um espírito aberto; e, enfim, gêneros de vida diversos, porém, harmônicos entre si, não havendo nenhum determinismo nas criações nacionais.

Em uma tentativa de reunir as discussões sobre Estado-nacional empreendidas pelos clássicos da Geografia, Michel Bruneau (2016), no verbete *État-nation en Géographie*, aponta que tal preocupação aparece de modo mais claro após a Primeira Guerra Mundial, com a eclosão dos movimentos nacionalistas, citando, por exemplo, a preocupação de Max. Sorre em distinguir as Nações dos estados-nacionais, quando este se indaga sobre as quais relações históricas e atuais esses grupos de homens possuem com o meio geográfico, especificamente com o meio físico, pois ele entende que a Nação é uma alma, um princípio espiritual, enquanto o Estado é uma pessoa jurídica, com órgãos de execução e coerção.

Bruneau também recupera obra intitulada *Geopolitique*, de Ancel (1936), uma vez que se tem ali a diferença entre as Nações do século XIX – oriunda do renascimento romântico e da Revolução Francesa - e aquelas do século XX - oriundas da junção de gêneros de vida e de território diferentes, graças à língua e ao renascimento literário (meios fundamentais) para a independência.

De Jean Gottmann (1952), é exatamente o conceito de iconografias que serve como instrumento de ligação entre os habitantes de uma Nação e seu território, sendo, portanto, um fator de estabilização política. Aquele autor observa que as iconografias são símbolos creditícios ao cidadão, como, por exemplo, uma bandeira, uma crença religiosa, fatos históricos, tabus sociais etc. – elementos com forte poder de permanência no espírito dos povos, reforçando regionalismos e Nacionalismos. Para compreender as relações entre a Geografia e a política dos Estados, ele aponta que é preciso refletir, simultaneamente, sobre os sistemas de movimento, ou seja, tudo aquilo que diz respeito à circulação no espaço, e os sistemas de resistência ao movimento, que são as iconografias.

Enfim, Lacoste (1997, p.37) é enfático ao afirmar que “[...] as definições habituais de nação não fazem referência a um território e sobretudo a seu território”. E ainda, argumenta que a Nação se tornou uma ideia geopolítica fundamental, pautada na língua e no território, com o aparecimento e a difusão da ideia de independência e constituição dos Estados, pois, o reconhecimento das Nações passou a ser derivado da instituição de um Estado, denominado Estado-nacional.

Apesar do vínculo das Nações com o seu território remontar à Antiguidade, quando da inexistência de demarcações precisas de fronteiras, além do fato de que a formação dos grandes impérios se sobrepôs ao território de várias Nações, é somente com a decadência desses impérios e a formação dos Estados modernos, rigorosamente delimitados, com uma jurisdição territorial, ou seja, uma lei com validade exclusiva àquele território, que as fronteiras das Nações devem coincidir com as fronteiras estatais¹². Isso, evidentemente, nem sempre ocorreu de modo pacífico, causando tensões entre as Nações e os Estados envolventes, fazendo, em algumas situações, com que Nações fossem repartidas entre dois Estados ou quando um Estado envolve duas ou mais Nações. Tal fenômeno é a origem de diversas rivalidades territoriais contemporâneas (Catalunha, Quebec, país Basco, Curdistão etc.). Uma tentativa de acomodação dessas tensões é o reconhecimento oficial das nacionalidades pelos Estados ou a constituição de Estados plurinacionais (Bolívia, por exemplo).

Porém, o dado mais particular do território frente aos outros marcadores outrora elencados é que, ao contrário da língua, da religião, dos costumes, das tradições, das histórias e das memórias, que podem ser levados pelos grupos para qualquer lugar que eles migrem, uma vez que são inerentes aos indivíduos, sendo, portanto, móveis, fluídos, o território, como materialidade, externa ao indivíduo, é um elemento que não pode ser transferido, levado pelos membros de um grupo para outro lugar, exceto como lembrança, em virtude de sua característica de fixação. Tal caráter de rigidez abriga as marcas da natureza – montanhas, rios, climas, vegetação etc. – e aquelas obras criadas, construídas pelos grupos ao longo de sua história – um templo, uma casa, um caminho etc. – constituindo, em conjunto, uma paisagem para um grupo social.

Aqui cabe ressaltar a função do ensino de Geografia nas escolas na formação do sentimento nacional, criticada desde o final do século XIX por Piotr Kropotkin (1986), quando defendia que tal ciência deveria ensinar, desde a mais tenra infância, que todos somos irmãos, independente da nacionalidade. Assim, o vínculo intrínseco de um grupo a um território, às suas paisagens, consolida o enraizamento, a afetividade e as representações que marcam a formação das Nações históricas e a essência do ser do lugar, do sentido do nasco, do nascer, da nacionalidade, de ser de algum lugar.

Em síntese, enquanto o Estado é refém de seus limites territoriais, “as nações não se limitam a ocupar um espaço como fazem outras instituições, embora afirmem seu vínculo a uma localização geográfica determinada” (Anderson apud Taylor; Flint, 2002, p. 214). Isto quer dizer que a Nação pode existir com território ou mesmo independente dele, apesar dos percalços que isso possa representar em um mundo retalhado em Estados.

12 Essa foi a base da adoção do “princípio da nacionalidade” no século XIX, que guiou a instituição dos Estados-nacionais. Também vale destacar a criação da Cidadania nacional, cujo reconhecimento, enquanto cidadão, assegurado pelo respectivo Estado, perde qualquer validade ao cruzar-se fronteiras estatais

O nacionalismo

Com base no apresentado sobre a concepção de Nação, suas características, as divergências e as formas de uso da expressão, tem-se que a discussão sobre o Nacionalismo é bem mais abrangente e, certamente, mais carregada de polêmica. A manifestação desse fenômeno com causas, períodos e lugares diferentes, atraiu a atenção de diversos estudiosos, que procuram dar interpretações lógicas, mas nem sempre convergentes. O Nacionalismo e suas manifestações receberam várias classificações, constituindo um verdadeiro desafio à compreensão, seja como teoria, sentimento ou ideologia.

Regularmente, a mídia anuncia a existência de tais movimentos nos quatro cantos do mundo, cada qual com suas respectivas causas e diferenças, tensões e desafios de resoluções, ocorrendo em diferentes eventos, como um encontro de cúpula de Chefes de Estado, quando, por exemplo, o presidente francês Emmanuel Macron e a ex-primeira-ministra alemã Angela Merkel, alertaram sobre o perigo do 'Nacionalismo cego' à paz no mundo; quando o jogador de futebol da seleção da Suíça, Xherdan Shaqir, de origem kosovar, comemora um gol contra a Sérvia fazendo o gesto da águia negra de duas cabeças¹³; quando o parlamento escocês resiste à saída do Reino Unido da União Europeia; ou quando milhares de catalães vão às ruas para protestar contra o domínio espanhol e exigir sua independência. Por esses poucos exemplos observa-se a diversidade de agentes e de motivações nacionalistas. Neste sentido, o que segue é uma breve sistematização das posições de diversos autores que se debruçaram sobre a questão, analisando conjunturas históricas e sociais bem distintas.

O modo como o Nacionalismo historicamente tem se manifestado enquanto movimento social, de cunho doutrinário, ideológico, revela a variedade de motivações. Orridge (*apud* Taylor; Flint, 2002), por exemplo, buscou organizar estas diferenças classificando os nacionalismos em cinco tipos, quais sejam:

1) o protonacionalismo, quando a ideia coletiva de povo como nação integra todas as regiões e classes sociais. Neste caso, os Estados, centralizados, com fronteiras definidas e um nível de homogeneização cultural, criam as Nações, tendo o povo como parte da política. E ainda, o Estado antecede a Nação, e esta, antecede o nacionalismo;

2) Nacionalismo de unificação, cuja origem está nas contradições entre os grandes impérios multiétnicos e os pequenos Estados independentes, na escala da cidade. Por exemplo, a Alemanha e a Itália, que eram mosaicos entre as províncias dos grandes impérios. O Nacionalismo aí aparece como justificativa para unir as áreas culturais germânicas em um Estado-nacional;

13 Outro episódio semelhante ocorrido, porém, numa partida de basquete, é descrito por Zusmann (2020). Na verdade, os esportes, pela dimensão na mídia mundial tornou-se também, palco para diversas manifestações políticas nacionalistas, aplaudidas por uns, reprovadas por outros.

3) Nacionalismo de separação, decorrente da desintegração dos impérios austro-hungaros, otomano e russo em fins do século XIX e início do século XX - período do surgimento de inúmeros Estados nacionais;

4) Nacionalismo de libertação, onde a principal referência é o movimento de independência dos países dos continentes americano, asiático e africano, frente aos impérios ultramarinos europeus. Inicia com a guerra da independência dos norte-americanos, no final do século XVIII, e segue com as rebeliões na América hispânica e suas inúmeras divisões internas (México, Argentina, Colômbia, Peru etc.), e portuguesa (Brasil) ao longo do século XIX. Durante o século XX, tais processos são identificados na África e Ásia;

5) Nacionalismo de renovação, marcado pela recuperação, no século XX, das tradições históricas de comunidades étnicas que haviam sido envolvidas pelo sistema-mundo moderno ao longo do século XIX. Por exemplo, a revolução iraniana e seu passado persa, assim como a China e o Japão.

A partir desses 'tipos' seria possível pensar o Nacionalismo como um movimento sujeito às mais variadas adjetivações, sendo: considerado algo bom quando visa a libertação de uma minoria nacional dominada por um Estado dominante; considerado algo ruim quando coloca em questão uma determinada 'unidade nacional'; considerado um movimento revolucionário pelas classes subalternas quando enfrenta o poder do Estado burguês; considerado um movimento tradicionalista e romântico que luta contra a modernização, e, por consequência, a tendência de dissolução dos laços culturais de um povo; considerado um movimento reacionário e conservador quando o pensamento xenófobo e as atitudes preconceituosas exclui o diferente e cria barreiras a todos aqueles que não compartilham de costumes, tradições e língua próprios, acreditando ser o melhor ou superior aos demais, bradando 'volta para o teu país'. Ou seja, o Nacionalismo parece ser um discurso que, ora serve a todas as classes sociais, ora à aliança de classes. Mais recentemente, Koch (2023) fez uma revisão das "geografias do nacionalismo" centrando-se em três pares assim denominados: a Geografia da emoção e o par amor/ódio; a Geografia do tempo e o par passado/futuro; e a Geografia da comunidade com o par correspondente inclusivo/exclusivo.

Este foi justamente o dilema enfrentado pelo pensamento marxista frente às inúmeras nacionalidades e ao projeto de superação do capitalismo. Embora Marx não tenha elaborado uma reflexão mais profunda sobre o tema na medida em que era um 'internacionalista', o que foi exposto no *Manifesto do Partido Comunista*, publicado em 1848 (Marx; Engels, 2006), fornece subsídios para longo debate posterior dentro dessa linha de pensamento sobre as relações entre as classes sociais e as Nações, as nacionalidades, os Nacionalismos e o socialismo, que envolve, entre outros, as divergências entre autores, como, por exemplo, o russo Lenin, o tcheco Kautsky, o georgiano Stalin, a polonesa Rosa Luxemburgo e o austríaco Otto Bauer.

Ao escreverem o *Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels (2006) estavam atentos à expansão do capitalismo por toda a parte, atravessando todas as fronteiras nacionais, dissolvendo nacionalidades e unificando as formas de relações de trabalho. Também estavam cientes de que a grande indústria produzira um mercado mundial retirando os lugares do velho isolamento local e nacional e criando relações de interdependência entre as Nações, dividindo a sociedade em burguesia e proletariado e indicando que a luta deste último é, de início, com a sua burguesia nacional. Esta, por sua vez, acusa os comunistas de quererem suprimir a pátria, as nacionalidades, porém, vivem o dilema entre enfrentar o mercado internacional ou conclamar o povo à proteção e defesa do mercado nacional.

Dessa feita, Marx e Engels apontam que os trabalhadores não possuem pátria, que o interesse comum da totalidade do proletariado independe das nacionalidades, e que com a abolição da exploração de um indivíduo por outro, abolir-se-ia a exploração de uma Nação por outra. Daí o clamor pela união e solidariedade internacional dos proletários: “Proletários de todos os países, unam-se”. Marx não era um nacionalista e, ao morrer em Londres, em 1883, foi enterrado como apátrida.

A Revolução russa mostrou que o real problema das nacionalidades não dizia respeito única e exclusivamente à supressão das relações de trabalho capitalista, uma vez que as nacionalidades não foram apagadas com o novo regime. Enquanto Lenin e Stalin advogavam a autodeterminação das Nações, Rosa Luxemburgo divergia afirmando que a categoria Nação é uma ideologia burguesa e que qualquer luta nacionalista contrariaria o movimento internacional socialista (Pinsky, 1980).

Em uma vertente distinta, a densa reflexão que o social-democrata Otto Bauer (2020) empreendeu sobre as nacionalidades o levou a entender que as Nações não são uma coisa rígida no tempo, imutáveis, sendo, portanto, uma comunidade de destino, composta por características naturais, derivadas da hereditariedade, e culturais, derivada dos bens culturais, próprias, que interagem e que exprimem uma vontade de futuro comuns. Tenta, com isso, assegurar que a formação das Nações possui origens remotas, cujos referentes são os elementos objetivos (etnia, língua, tradição, religião etc.), mas que o caráter histórico das nações incorpora elementos subjetivos (a vontade de viver em conjunto, por exemplo). Destaca o papel da língua, pois é a partir dela que se dá a transmissão cultural ao longo de gerações. Reconhece as particularidades culturais dos povos tentando unir o socialismo e o Nacionalismo, referendando e valorizando a importância das distintas culturas nacionais na sociedade socialista. Talvez por isso sua obra tenha sido acusada de idealista por Lênin e Kautsky, pois contrariava o pensamento marxista.

Uma apreciação das teorias modernas, desapaixonadas, sobre tal fenômeno aponta que o Nacionalismo, na observação de Anderson (2008), oferta três situações paradoxais, a saber: 1) Enquanto os historiadores afirmam sua modernidade objetiva, os nacionalistas acreditam e defendem sua antiguidade subjetiva, ou seja, a existência remota de ‘seu povo’; 2) O conceito abriga uma universalidade na medida em que todos possuem uma nacionalidade, sendo as manifestações concretas dotadas de forte particularidade, onde cada movimento nacionalista possui uma causa distinta; e, 3) O poder político dos Nacionalismos *versus* a sua pobreza e incoerência filosófica.

É, contudo, com o artigo de Tom Nairn (1975), que se demarca a origem das polémicas modernas em torno das teorias do Nacionalismo, concebendo-o como um verdadeiro 'Janus'¹⁴ moderno, que possui uma cabeça com duas caras: uma, olhando para trás, para o passado; e, outra, olhando para frente, para o futuro.

Apesar de considerar o debate sobre o Nacionalismo a grande falha do pensamento marxista, uma vez que, segundo ele, a Nação triunfou sobre as classes sociais, Nairn apoia-se nele para propor uma nova teoria marxista do nacionalismo, recebendo críticas tanto dos próprios marxistas quanto de seus opositores. Aquele autor acredita que a industrialização e a urbanização - processos que desencadeiam a modernização - não ocorrem em todos os lugares ao mesmo tempo, e que a reação a esta diferença geraria movimentos nacionalistas frente ao desenvolvimento desigual. Aqui é válido salientar que as tensões nacionalistas podem ocorrer tanto nos Estados com baixo nível de desenvolvimento, em virtude da dominação e exploração estrangeira, como podem ocorrer nos Estados com alto nível de desenvolvimento, quando as comunidades nacionais tentam criar barreiras ao ingresso de migrantes pobres.

Numa perspectiva que expressa a vertente liberal encontra-se o trabalho de Ernest Gellner (1993) que, embora compartilhe a ideia de que o Nacionalismo está vinculado à industrialização, acredita ser a passagem, em estágios, de uma sociedade agrária para uma sociedade urbano industrial, e não de um modo de produção feudal para um modo de produção capitalista - o motivo da expansão nacionalista. Aquele autor afirmava que as sociedades agrárias estavam inclinadas a um espírito militar-clerical, hierárquica, à tensão entre culturas superior e inferior, presa a um forte sistema político e religioso. Nas sociedades industriais haveria uma tendência à padronização nacional da cultura superior a partir da escolarização disseminada entre todos os seus membros, ao passo que as estruturas políticas assegurariam um crescimento econômico permanente e a melhoria do padrão de vida. Assim, política e cultura, segundo ele, ficam intimamente ligadas e os antigos vínculos entre política e fé passariam a ter pouca expressão. O Nacionalismo emergiria com maior vigor na transição entre estes dois tipos de sociedade, porém tal sentimento seria reduzido com o desenvolvimento econômico e cultural - o que romperia as fronteiras do preconceito, das superstições e do medo frente ao outro. Ele alertava, todavia, às características do romantismo populista do Estado, que transformou os esportes e associações de ginástica em centros de expansão do Nacionalismo¹⁵.

Hobsbawn (1991) apresenta suas posições afirmando que enquanto as Nações, vistas como modos naturais ou divinos de classificar os homens, é um mito, o Nacionalismo é uma realidade, existente, inclusive, antes da formação das nações modernas. Ele chama a atenção para a 'questão nacional' ao afirmar que esta se situa no cruzamento da política, da tecnologia e da transformação social, resgatando a importância do desenvolvimento econômico, da imprensa e da escolarização em massa. Justamente por isso, como foi dito acima, as Nações são fenômenos duais, ora cons-

14 É a figura do deus romano das transições e mudanças e sua dupla face simboliza o passado e o futuro.

15 Ele cita o exemplo da antiga Tchecoslováquia. Entretanto verifica-se como os esportes e as competições internacionais se transformaram em catalizadores da exaltação nacionalista. Os Jogos Olímpicos da era moderna começaram em 1896 em Atenas reunindo quatorze países. Na última Olimpíada, em Tóquio, em 2020, estavam presentes 216 representações nacionais.

truídos pelo alto, pelas elites de governo, ora pelos de baixo, pelas pessoas comuns, que são objetos da ação dos governos ou dos movimentos nacionalistas, todavia, muito difícil de serem descobertas. Como historiador, ele acrescenta que nenhum historiador sério das Nações e dos Nacionalismos pode ser um nacionalista comprometido, sob pena de cometer erros.

Na obra organizada por Balakrishnan (2000), intitulada *Um mapa da questão nacional*, que reúne artigos dos principais nomes da reflexão teórica em Nacionalismo, a Introdução de Benedict Anderson deixa evidente a falta de consenso analítico sobre esse fenômeno político, em que não haveria uma definição plenamente aceita, apontando os inúmeros dualismos que cercam a expressão, porque enquanto alguns autores argumentam sobre o seu caráter moderno, outros defendem a sua antiguidade; e, ainda, tem-se alguma discordância sobre sua origem e seu futuro (se sua origem se deu no Novo Mundo com os processos de luta pela descolonização, ou se inicia no Velho Mundo, com os movimentos revolucionários); se é possível conciliar a universalidade desse processo com suas particularidades históricas; além de se interrogar sobre que disciplina – História, Sociologia, Filosofia, etc – poderia contribuir com a investigação. Segundo ele, os autores estariam mais de costas um para o outro do que empenhados em decifrar este enigma.

Com o objetivo de evidenciar o envolvimento dos geógrafos com a discussão sobre o nacionalismo, Francesc Nadal (1990) aponta que esse tema surge, inicialmente, na Grã-Bretanha e Canadá, exatamente pela existência dos movimentos nacionalistas de escoceses e quebequeses.

Apesar desses estudos apresentarem enfoques diferentes, todos destacam o território como elemento fundamental e, a partir dele, a constituição de uma ideologia territorial e o forte significado do sentimento locacional, o 'sentido do lugar'. Afinal, entre os teóricos do Nacionalismo, as comunidades nacionais estão sempre associadas a um território.

Outro ponto destacado por Nadal (1990) diz respeito às coincidências ou não entre os territórios dos Estados e os territórios das Nações, uma vez que as divergências entre eles costumam alimentar movimentos nacionalistas e conflitos fronteiriços. A criação do 'princípio da nacionalidade' tendia a 'colocar' no interior de cada território dos Estados uma única Nação, buscando uma homogeneidade nacional. Todavia, percebeu-se que tal acomodação nem sempre foi consensual em virtude das inúmeras minorias nacionais que foram envolvidas e que ainda lutam por autonomia nacional. A isto, aquele autor denominou 'organização territorial do Estado', quando políticos nacionalistas promovem ações de divisão territorial, cujos objetivos podem ser, por um lado, o reforço do sentimento nacional ou, por outro lado, o controle dos movimentos separatistas.

Considerações Finais

O sociólogo judeu-polonês Zygmunt Bauman, em uma entrevista concedida a Benedetto Vecchi e publicada na obra *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*, relata um episódio vivido por ele quando a Universidade Charles, de Praga, o convidou para receber o título de *Doutor Honoris Causa* - ocasião em que se toca o hino nacional do país do homenageado. Aquele sociólogo foi consultado sobre que hino escolheria, se da Polônia, país onde nascera, mas que por problemas políticos foi proibido de ensinar na Universidade de Varsóvia e perdeu a cidadania, ou da Grã-Bretanha, onde já lecionava desde 1971, na Universidade de Leeds, mas que, apesar de já possuir cidadania britânica, era um estrangeiro, e seus alunos sabiam que ele era um polonês. Frente ao dilema de identidade nacional, ele escolheu o Hino da Europa, pois não havia dúvida de ser europeu.

Embora este caso demonstre uma situação individual, é suficiente para revelar que na relação entre os Estados e as Nações, há um predomínio do poder do Estado, uma vez que, na fusão do “Estado-nacional”, é ele quem concede ou retira a nacionalidade a uma pessoa, que se torna ou deixa de ser cidadão deste ou daquele Estado, invertendo os termos históricos quando a nacionalidade dizia respeito à Nação, e não ao Estado. A captura da Nação pelo Estado trouxe junto toda carga emocional do pertencer a um determinado grupo, de onde se gera a força do Nacionalismo, que pode ser originada do apego à terra, à língua, as crenças, ao passado, aos símbolos e aos costumes.

O embaraço de Bauman certamente demonstra, por um lado, o peso do sentimento cultural polonês que o marcou por longos anos da vida e, por outro, a compreensão do significado político da identidade nacional. Outros tantos casos certamente existem pelo mundo. Vale recordar, por exemplo, o discurso de Donald Trump e o sentido de *American first*, procurando instigar o sentimento estadunidense para recuperar a ‘liderança’ mundial; ou mesmo a ação do governo Jair Messias Bolsonaro, no Brasil, de colocar em exposição, durante a comemoração da independência nacional, o ‘coração de D. Pedro I’, visto como o mártir que livrou o brasileiro da colonização portuguesa. E ainda, poderíamos perguntar até quando o Reino Unido permanecerá unido diante dos Nacionalismos irlandês, escocês e galês.

É surpreendente ver a força do Nacionalismo frente a outras formas de identificação -raça, religião, classe, língua – e como isso é facilmente utilizado pelo Estado junto à população, seja quando se solicita um sacrifício da Nação diante de determinadas situações internas - crises econômicas ou movimentos separatistas -, seja quando se mobiliza o sentimento nacional frente às tensões externas, às disputas e aos conflitos com um outro, visto como o diferente. Mais que isso, o Nacionalismo tem sido percebido como um grande fator de abalo às democracias pelo mundo na medida em que, ao reforçar o conservadorismo e a xenofobia, tende a repelir regimes de governo que reconheçam a diversidade e apelar para regimes que excluem os diferentes. Por isso o nacionalismo é visto como algo que possui dupla face, podendo servir a ideologias distintas.

O mundo em mosaico de Estados-nacionais, cuja representação cartográfica colorida demonstra uma aparente acomodação dos limites, na verdade, tem em seu

subterrâneo dezenas de movimentos nacionalistas, alguns mais expressivos que outros, que, em sua maioria, reivindicam serem reconhecidos como Estados. Inúmeras fronteiras estatais pelo mundo recortaram as fronteiras nacionais, tornando essas fronteiras 'zonas de fricção' carregada de tensões entre o território estatal e o território nacional. Em um mundo onde as desigualdades entre Estados-nacionais se evidenciam, onde as migrações internacionais se ampliam e batem às portas de Estados ricos, o Nacionalismo aflora, sendo revelado pela resistência em aceitar o diferente. Contudo, o que surpreende é que ainda se está longe de encontrar Estados onde a homogeneidade da população se dê pelos marcadores objetivos, clássicos e conservadores das Nações históricas. Daí a necessidade de se construir a Nação política - tarefa longa e difícil, onde os fatores subjetivos de solidariedade, igualdade, justiça e liberdade, prevaleçam sobre os preconceitos para a consolidação da cidadania.

Afinal, o cidadão, como sujeito de direito, não pode ser apenas o cidadão de um Estado, mas deve ser cidadão em qualquer lugar. Eis o desafio futuro das Nações, dos Nacionalismos e dos Estados em um mundo em movimento.

Referências

- ANCEL, J. **Géopolitique**. Paris: Delagrave, 1936. 120 p
- ANCEL, J. **Peuples et nations des Balkans**. Paris, Librairie Armand Colin, 1926. [Peuples et Nations des Balkans_Ancel Jacques_Paris_1926.pdf](#).
- ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do Nacionalismo**. Tradução: Denise Bottman. 3. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 320 p.
- BALAKRISHNAN, G. (Org.). **Um mapa da questão nacional**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Ed. Contraponto, 2000.
- BAUER, O. **La cuestión de las nacionalidades y la socialdemocracia**. Madrid, Ed. Akal, 2020.
- BAUMAN, Z. **Identidade**. entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 2005.
- BRUNEAU, M. **Etat-nation en géographie**. 2016. Etat-nation en géographie - HyperGeo. acesso em 27/12/2022.
- BRUNHES, J.; VALLAUX, C. **La Géographie de l'histoire: Géographie de la paix et de la guerre sur terre et sur mer**. Paris, Librairie Felix Alcan, 1921. 715 p.
- CHATTERJEE, P. Comunidades imaginadas por quem? In. BALAKRISHNAN, Gopal. **Um mapa da questão nacional**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2000.
- CHAUÍ, M. **Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo. Ed. Fundação Perseu Abramo, 2008.

CHAGAS, R. P. “O resgate de fronteiras e a emergência de movimentos nacionalistas na Europa”. In: RÜCKERT, A. A.; SILVA, A. C. P. da; SILVA, G. de V. (Orgs.). **Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território: integração sul-americana e regiões periféricas**. Porto Alegre: Editora Letra1, 2018, p. 259-270.

CLAVAL, P. **Epistemologia da Geografia**. Tradução: Margareth de Castro Afeche Pimenta e Joana Afeche Pimenta. Florianópolis, EDUFSC, 2011. 406 p.

COSTA, W. M. **Geografia Política e Geopolítica: discursos sobre o território e o poder**. 2.ed. São Paulo, EDUSP, 2008.

DECLARAÇÃO dos Direitos do Homem e do Cidadão. Paris, 1789. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/414/2018/10/1789.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2023.

FICHTE, J. B. **Discurso a la nación alemana**. Tradução: Luis Acosta y Maria Varela. Barcelona, Editora Nacional, 1977.

GELLNER, E. O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe. In: BALAKRISHNAN, Gopal. **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro, Ed. Contraponto, p.107-154, 2000.

GIBLIN, B. Primera e Segunda partes. In: GIBLIN, Beatrice (Org). **El hombre y la tierra**. México: Fondo de Cultura Económica, p. 13-93, 1986.

GOTTMANN, J. **La politique des États et leur Géographie**. Paris: Armand Colin, 1952.

GREGORY, D.; SMITH, D. **Dicionário Akal de Geografia Humana**. Madrid, Ed. Akal, 2000.

GUIBERNAU I BERDÚN, M. **Nacionalismos**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 1977. 188 p.

HOBBSBAWN, E. **Nação e nacionalismo desde 1780**. 5 ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2008.

JOHNSTON, R. J.; GREGORY, D.; SMITH, D. M. (Eds.). **Dicionário Akal de Geografia Humana**. Madrid: Akal, 2000.

KAHN, S. **L'état-nation comme mythe territorial de la construction européenne**. <https://www.cairn.info/revue-espace-geographique-2014-3-page-240.htm> acesso em 09/11/2022.

KOCH, N. Geographies of nationalism. **Human Geography**. Vol. 16, n.2, p.200-211. 2023.

KROPOTKIN, P. **O que a Geografia deve ser**. Seleção de Textos nº 13. AGB/SP. P. 1-9, 1986.

LA BLACHE, V. **États et Nations de L'Europe**. Paris, Librairie Charles Delagrave, 1891. États et nations de l'Europe autour de la France : Vidal de La Blache, Paul,

1845-1918 : Free Download, Borrow, and Streaming : Internet Archive. Acesso em 09/11/2022.

LACOSTE, Y. **Vive la Nation**: destin d'une idée géopolitique. Paris, Ed. Fayard, 1998.

LOYER, B. **Géopolitique. Méthodes et concepts**. Paris, Ed. Armand Colin, 2019.

MARX, K.; Engels, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 2006.

MAUSS, M. **A Nação**. São Paulo. Ed. Três Estrelas, 2017.

NADAL, F. Los Nacionalismos y la geografía. **Geocrítica – Cuadernos Críticos de Geografía Humana**, Barcelona, a. 7, n. 86, mar. 1990.

NAIRN, T. The modern Janus. **New Left Review**. London, I/94, 1975.

NOGUEIRA, R. Fronteira: O fim da fraternidade entre os homens. [nogueira.pdf](#) (redebrasilis.net). **Colóquio Internacional: Élisée Reclus e a Geografia do Novo Mundo**, USP, 2011.

NORA, P. **Les Lieux de mémoire**. Montevideo, Ediciones Trilce, 2008. Pdf. Disponível em (78) PIERRE NORA Les lieux de mémoire | Edgar de la Cruz - Academia.edu Acesso em 16/12/2022.

PINSKY, J (org.). **A questão nacional e o marxismo**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1980.

QUIJANO, A. **Notas sobre a questão da identidade e nação no Peru**. Revista Estudos Avançados. USP, v.6, n.16, 1992.

RATZEL, F. A relação entre o solo e o Estado. Tradução de Matheus Pfrimer. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 29, p. 51 - 58, 2011.

RECLUS, E. **El Hombre y la Tierra**. Giblin, B. (Org.) Mexico, Fondo de Cultura, 1986.

RENAN, E. Que é uma nação. Tradução: Samuel Titan Júnior. Plural, Sociologia, USP, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 154-175, jun. 1997. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/285548245_Que_e_uma_nacao_de_Ernest_Renan acesso em 13.12.2022.

ROSIERE, S. **Dictionaire de l'Espace politique**. Paris, Armand Colin, 2008.

SANGUIN, A-L. Vidal de La Blache et la Geographie Politique. **Bulletin Association Française Geographie**, Paris, 1988, v.04.

SIÉYES, E. J. **Qu'est ce que le Tiers état?** Paris, Éditions du Boucher, 2002.

TAYLOR, P.; FLINT, C. **Geografia Política**. Madrid, 2ª Ed. Trama, 2002.

TODOROV, T. **Nosotros y los otros**. Madrid, Siglo XXI, 2010.

ZUSMAN, P. **Explorações sobre a ressignificação da nação no contexto da globa-**

lização. In NUNES, J.; MONTEIRO, L.. Crise e reinvenção dos espaços da política. Rio de Janeiro, Ed. Consequencia, 2020.

SOBRE OS AUTORES

André Roberto Martin

Graduação em Geografia pela Universidade de São Paulo (1977), mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1984) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1993). Livre docente em Geografia Política (professor associado) da Universidade de São Paulo, desde 2007. Professor Titular de Geografia do mesmo Departamento desde 2017. Tem experiência nas áreas de Geografia Urbana, Regional e Política com ênfase em Geopolítica. Tem livros e textos publicados sobre Geografia Política, geopolítica e Geografia Regional, enfocando os temas do regionalismo, do federalismo, das fronteiras e da geo-política global.

Antonio Angelo Martins da Fonseca

Bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) mestre em Arquitetura e Urbanismo (UFBA), doutor em Geografia Humana pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, pós-doutor em Geografia pela Texas A & M University/Estados Unidos e pós-doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente é professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFBA.

Bruna Brito Bastos

Mestra em Estudos de Fronteira, pela Universidade Federal do Amapá - UNIFAP. Graduada em Relações Internacionais pela UNIFAP. Pesquisadora com ênfase em Ciência Política, Geopolítica e Meio Ambiente. Participa do Grupo Políticas Territoriais e Desenvolvimento (POTEDDES - UNIFAP) que conta com colaboradores do Brasil e da França, buscando avaliar a relação entre a implementação de políticas territoriais com formas de se promover o desenvolvimento econômico e social, com especial atenção para a Região das Guianas.

Christian Fernando Scaramella

É geógrafo e professor na Universidad de Buenos Aires (UBA) e na Facultad Latinoamericana de Ciencia Sociales (FLACSO – Argentina). Seu campo de pesquisa está centrada na Geografia Política e electoral, nas ferramentas quantitativas e na geo-computação. Além disso, trabalha como consultor no campo da opinião pública e do comportamento eleitoral.

Daniel A. de Azevedo

Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília. Trabalha com a relação espaço político e democracia, e especial interesse em Geografia Eleitoral. Graduado, mestre e doutor em Geografia Humana pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e realizou estágio em doutoramento em Washington D.C. (American University - Centro de Estudos sobre América Latina) e na Cidade do México (UNAM - Departamento de Geografia). Concluiu pós-doutorado na Universidad Nacional Autónoma de México. É fundador e coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Espaço e Democracia (Gepedem) e editor da Revista Espaço e Geografia (UnB).

Dirceu Cadena

Possui graduação em Geografia pela UFPE (2009). Mestre em Desenvolvimento Urbano pela UFPE (2012) e Doutor em Geografia pela UFRJ (2017), onde também realizou pós-doutorado no período de 2018-2020. Foi bolsista de Doutorado-Sanduiche na École des hautes études en sciences sociales (2015-2016). Atua como Professor Adjunto no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC). É vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Território (GEOPPOL), atuando na linha de pesquisa de Política da Paisagem e Política do Patrimônio Cultural.

Iná Elias de Castro

Professora Titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordena o GEOPPOL - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Política e Território. Tem experiência na área de Geografia Política, desenvolveu estudos sobre o discurso político e o regionalismo na Região Nordeste. Atualmente pesquisa as relações entre o sistema político-institucional e o território, com foco nas escalas políticas e na democracia como problema conceitual e espacial. Nesta perspectiva emergiram as questões relativas ao espaço político e as diferentes formas que ele assume na

relação entre a política e a ordem espacial, o que tem estimulado aprofundamento teórico conceitual e também empírico sobre esses espaços políticos.

Izan Reis de Araújo

Mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2017). Professor de Geografia. Atualmente é Co-Founder e CEO do International Institute for Geopolitics & Strategic Intelligence (IIGSI, USA). É Chairman do Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais (CENEGRI) criado em 2004. Editor Adjunto da Revista *Intellector*. É membro do Laboratório de Geografia Política- GEO-PO/USP. Tem experiência na área de Geografia Humana e Relações Internacionais com ênfase em geopolítica. Seus temas de interesse são: Ciber Security, Climate Change, Supply Chain, Análise dos Sistemas-Mundo, Defesa Nacional e inteligência Geoespacial. As suas pesquisas estão voltadas nas seguintes regiões: Movimentos Antissistêmicos na América Latina, África e Eurasia.

Frédéric Monié

Geógrafo formado pela Universidade de Toulouse II (França) e Doutor em Geografia pela Universidade de Paris III Sorbonne Nouvelle (França). Atualmente professor do departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor visitante da Universidade Pedagógica de Maputo (UPM-Moçambique). Coordenador geral do Grupo de Estudos e Pesquisa Espaços e Sociedades na África Subsaariana – GeoÁfrica e editor chefe do Boletim GeoÁfrica.

Guilherme Félix Machado Filho

Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com experiência em pesquisa desde o Ensino Médio (CAp-UERJ/ICJr), bacharel e mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), complementação pedagógica pela Universidade Candido Mendes (UCAM) e integrante do grupo de pesquisas GEOPPOL (Grupo de Pesquisa sobre Política e Território), que atua na área relacionada à Geografia Política e ciência política, principalmente sobre temas relacionados à manifestações, movimentos sociais, relação sociedade e Estado e espaço político.

Gustavo Westmann

Graduado em direito e em relações internacionais, é mestre por Berkeley e doutor em política externa pela Jindal Global University, Índia. É autor do livro “Novos Olhares sobre a política Externa Brasileira”, e diretor dos documentários “Brasil, País do Presente” e “Via Sacra da Rocinha: Arte e Resistência na Favela”. Já foi Chefe dos Setores Econômico e Comercial das Embaixadas do Brasil na Itália, na Indonésia e na Índia. Atualmente ocupa a posição de Assessor Internacional da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Gutemberg de Vilhena Silva

Atual Diretor-Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amapá (FAPEAP). Graduação, Mestrado e Doutorado em Geografia. Realizou dois estágios de pós-doutorado: o primeiro pela Universidade de São Paulo (USP) com bolsa Capes-Pró/Defesa, em 2015, e o seguinte pela Universidade Sorbonne Nouvelle, Paris 3, com Bolsa CNPq/Ciência Sem Fronteiras, em 2016. Pesquisador visitante na Brock University, Canadá (2019). Experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Política e Regional, trabalhando principalmente nos seguintes temas: Geografia Política, Relações internacionais e Transfronteiriças dos países que compõem as Guianas. Criou e coordena o grupo de pesquisa Políticas Territoriais e Desenvolvimento (POTEDS). Coordenador do Mestrado em Estudos de Fronteira (PPGEF) entre 2017 e 2019.

Hervé Théry

Possui graduação em História (1972) e em Geografia (1973) pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne), mestrado em Geografia pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) (1973), doutorado em Geografia pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) (1976) e Habilitation à diriger des recherches (Livre docência), pela Université Paris X Nanterre (1994). Atualmente é pesquisador emérito do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), professor da USP (Programa de pós-graduação em Geografia Humana, PPGH). Coordenador editorial da revista Confins Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia do Brasil, Geografia Política, cartografia temática, modelização gráfica.

John Agnew

Professor da Universidade da Califórnia (UCLA). Graduado em Geografia e Política pela Universidade de Exeter (1970). Mestrado (1973) e doutor (1976) pela Ohio State University. Ganhador em 2019 do Prêmio Vautrin Lud, considerado o Nobel da Geografia. Suas principais obras são *Place and Politics* (1987), *The United States in the World Economy* (1987), *Geopolitics* (1998), *Making Political Geography* (2002), *Place and Politics in Modern Italy* (2002), *Hegemony* (2005), *Berlusconi's Italy* (2008, com Michael Shin), *Globalization and Sovereignty* (2009) e várias outras obras de grande divulgação.

José Donizete Cazzolato

Com vasta experiência em Cartografia e Geoprocessamento, tem particular interesse pelas estruturas territoriais (divisão político-administrativa), toponímia e identidade geográfica. Atuou decisivamente na divisão distrital do município de São Paulo (lei 11220/92), e apresentou, na dissertação de mestrado, metodologia para divisão dos grandes municípios em bairros (instância territorial local). Nos anos seguintes, propôs um novo arranjo para a divisão macrorregional do Brasil (descaracterizada com a criação de Tocantins), e analisou a pertinência da regionalização do SUS. Em 2011 publicou “Novos Estados e a divisão territorial do Brasil - uma visão geográfica”, propondo um patamar técnico para o adequado enfrentamento das demandas emancipacionistas de nível estadual.

José Guambe

Possui Doutorado em Geografia pela Universidade Pedagógica – Moçambique (2018). É atualmente professor da Universidade Pedagógica de Maputo. Membro da equipe de coordenação do Grupo de Estudos e Pesquisa Espaços e Sociedades na África Subsaariana – GeoÁfrica e do comitê editorial do Boletim GeoÁfrica.

Juliana Nunes Rodrigues

É professora e pesquisadora do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (PQ-2) e Jovem Cientista do Estado do Rio de Janeiro (JCNE - FAPERJ). Professora Visitante do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Buenos Aires (UBA). Doutora em Geografia Política pela Université Jean Moulin Lyon 3, França, tendo realizado estágio em pesquisa no Instituto de

Sciences-Po, Paris. Coordena o Núcleo de Pesquisas sobre Pactos Político-Territoriais e Desenvolvimento (NUPACT-UFF), junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Desde 2012, é editora da Revista GEOgraphia, Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF.

Kevin Cox

Bacharel em Geografia pela Universidade de Cambridge (1961), mestrado (1963) e doutorado (1966) na Universidade de Illinois. Professor Emérito na Ohio State University. Geógrafo político com fortes interesses nas políticas de desenvolvimento local e regional, na cidade, na história do pensamento geográfico e na África do Sul. Estou particularmente interessado em abordar estes tópicos usando uma estrutura de compreensão marxista.

Leonardo F. Mattos

É Capitão de Mar e Guerra da Reserva da Marinha brasileira, com Mestrado em Ciências Navais pela Escola de Guerra Naval e Mestrado em Estudos Estratégicos pela UFF, e professor de geopolítica e coordenador do núcleo de avaliação da conjuntura da Escola de Guerra Naval. É o Editor Responsável pelo Boletim Geocorrente e Coordenador do Curso de Estratégia Marítima da FEMAR.

Luís Paulo Batista da Silva

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2009), mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2012) e doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2017), com estágio sanduíche na University of East Anglia, Reino Unido. Atualmente é professor do departamento de Geografia e do programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Concluiu estágio de pós-doutorado no departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP). Membro das redes de pesquisa Waterlat/Gobacit, Rede de Pesquisa em Geografia (Socio)Ambiental - RP-G(S)A e Geografia das Águas no Brasil.

Marcelo Alonso Morais

Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor do Departamento de Geografia do Colégio Pedro II e da Escola Alemã Corcovado. Pesquisa sobre as espacialidades das práticas religiosas, especialmente as umbandistas, a construção de espaço políticos por grupos religiosos e mediação didática inclusiva no Ensino de Geografia.

Michel Foucher

Geógrafo, geopolítico e Diplomata francês. Diretor do IHEDN (Instituto de Altos Estudos de Defesa Nacional) desde 2009. Fundou o Observatório europeu de Geopolítica em Lyon, onde foi diretor até 1998. Colaborou com vários números da Revista *Herodote*, dirigida por Yves Lacoste. Foi Embaixador da França na Letônia (2002-2006). Autor de diversos livros dentre os quais o livro “Obsessão por fronteiras”, publicado no Brasil pela Radical Livros em 2009.

Nora Mareï

Geógrafa, doutora pela Universidade de Nantes. Sua investigação centra-se nas relações entre a circulação de mercadorias e pessoas, infraestruturas de transportes e desenvolvimento territorial nas cidades europeias, mediterrânicas e ocidentais. Em uma abordagem geoeconômica, privilegia reflexões na escala macrorregional, cruzadas com áreas locais e metropolitanas, para apreender as dinâmicas contemporâneas de construção de territórios na globalização e também para analisar as convergências/divergências dos processos que marcam os territórios do Norte e do Sul.

Pablo Ibañez

Doutor em Geografia Humana, com foco em Geopolítica, pela Universidade de São Paulo. Foi pesquisador junto à Organização Panamericana de Saúde (OPAS) e ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) na avaliação das políticas industriais e de inovação. Esteve como pesquisador visitante na Universidade FUDAN, Xangai, responsável pela análise do papel da inovação tecnológica na expansão da *Belt and Road Initiative*. Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, onde coordena o núcleo de Estado, Políticas Públicas e Instituições do Centro de Estudos Avançados.

Paulo E. A. S. Câmara

Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade de Brasília (1999), mestrado em Botânica pela Universidade de Brasília (2002), mestrado em Ciências pela University of Missouri-Saint Louis (2005) e doutorado em “Plant Systematics and Evolution” pela University of Missouri-Saint Louis e Missouri Botanical Garden (2008). É ainda egresso da turma de 2017 da Escola Superior de Guerra. Atualmente é Professor Associado no departamento de Botânica da Universidade de Brasília. Coordena atualmente projeto de pesquisa no âmbito do Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR. É membro do grupo de especialistas em Briofitas da IUCN e do comitê internacional de nomenclatura de Briofitas da IAPT. É ainda professor colaborador da Escola Superior de Defesa em Brasília.

Rafael Winter Ribeiro

É professor de Geografia Política do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde coordena com Iná Elias de Castro o Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Território (GEOPPOL). Atua junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ (PPGG/UFRJ) e ao Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). É editor da Revista Espaço Aberto e pesquisador do CNPq e da FAPERJ.

Rejane Rodrigues

É professora na graduação e na pós-graduação do Departamento de Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio. Líder do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos em Cidadania e Política no Ensino de Geografia, NECPEG, e editora da revista eletrônica Educação Geográfica em Foco. É Mestre e doutora pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi professora no Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, CAP/UERJ, entre 1995 e 2022.

Ricardo Nogueira

Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas; possui mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1994) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2002).

Realizou estágio de Pós-doutoramento na Universidade de Brasília - UNB (2023) Atualmente é Professor Titular da Universidade Federal do Amazonas, - Revista da Pós Graduação em Geografia da FURG; Boletim Gaúcho de Geografia; e Revista Uáquiri (UFAC) . Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Política e Regionalização, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento regional, fronteira, redes geograficas, Amazônia e meio ambiente.

Stéphane Granger

Doutor em geografia pela Universidade de Paris 3-Sorbonne Nouvelle, com uma tese sobre as relações entre a Guiana francesa e o Brasil (2012). Mestre em planejamento urbano pela Universidade de Paris 10-Nanterre (1986). Professor de História e Geografia na Seção internacional brasileira do Liceu Melkior-Garré de Caiena e no Instituto de Formação dos Professores da universidade da Guiana Francesa (INSPE). Membro da comissão científica do OHM-Oyapock (CNRS, França), assume colaborações periódicas com o Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteiras da UNIFAP (Macapá).

Thiago Oliveira Neto

Graduado e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas UFAM, foi bolsista em projeto de pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC, desenvolvendo atividades na área de Geografia Política/Geopolítica rodoviária na Amazônia. Realizou no ano de 2014 mobilidade estudantil na Universidade Federal de Santa Catarina e no ano de 2017 cursou o segundo semestre da pós-graduação na USP. Atualmente é doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP, membro do Laboratório de Geografia Política GEOPO. Áreas de interesse: Geografia Humana; Geografia Humana da Amazônia; Geografia Política; Geografia regional; geografia, transportes e circulação; geopolítica.

Yann Richard

Professor de Geografia da Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Diretor da l'UFR de Geografia e do l'Institut de Géographie. Diretor-adjunto de l'UMR CNRS e membro do comitê editorial do periódico L'Espace Politique. Coordenador do grupo de trabalho "Integrações regionais no mundo" do laboratório Dynamite. Tem como temas de pesquisa a União Europeia, regionalização e integração regional, geopolítica e regionalização do mundo.

Wanderley Messias da Costa

Professor Titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Possui Graduação em Geografia (1976), Mestrado em Geografia Humana (1982) e Doutorado em Geografia Humana (1991) pela Universidade de São Paulo. É Livre-Docente em Geografia Política junto ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. É especialista em Geografia Política, Relações Internacionais, Meio Ambiente e Amazônia. Atualmente é Vice-Presidente da ABED - Associação Brasileira de Estudos de Defesa.